

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS

UNIDADE DE JARDIM

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/INGLÊS

MARYSTELA BALDONADO MAIDANA

**O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA ESCOLA ESTADUAL CORONEL
JUVÊNCIO, JARDIM/MS: UM ESTUDO DE CASO**

JARDIM - MS

2017

MARYSTELA BALDONADO MAIDANA

**O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA ESCOLA ESTADUAL CORONEL
JUVÊNIO, JARDIM/MS: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Habilitação Português/Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Letras Habilitação Português/Inglês.

Orientadora: Profa. Me. Cássia Julita Dresch

JARDIM - MS

2017

FICHA DE APROVAÇÃO

MARYSTELA BALDONADO MAIDANA

Este trabalho de conclusão de curso – TCC do Curso de Licenciatura em Letras Habilitação Português/Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi avaliado e aprovado, como requisito obrigatório para obtenção do grau de licenciado em Letras.

Profa. Me.Cássia Julita Dresch
(Orientadora / UEMS)

Profa. Me. Roseli Grubert Peixoto
(Membro da Banca / UEMS / Jardim)

Prof. Dr. Nelson Dias
(Membro da Banca / UFMS / Ponta Porã)

*Dedico à minha mãe, Antônia Ferreira
Baldonado, por todo seu amor
incondicional a mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que é a fonte de toda sabedoria, saúde, força e determinação.

A todos os professores que formam o corpo docente do Curso de Letras da UEMS/ Unidade Jardim/MS, em especial a Professora Cássia Julita Dresch, pela orientação e empenho, não medindo esforços para que tivesse êxito neste trabalho, pela qual tem minha eterna gratidão.

Agradeço a minha mãe, que será para sempre meu exemplo de mulher forte, digna, independente e de um coração enorme e bondoso; pessoa pela qual sou eternamente apaixonada.

À toda minha família que por forma direta ou não, me ajudou a realizar este sonho que é a minha formação.

Aos meus colegas de curso, em especial a minha amiga Dayane Souza; pessoas que me proporcionaram momentos de aprendizagem durante todo o processo, até o fim desta jornada.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo descrever o ensino de LIBRAS na escola, partindo de sua formação histórica onde são abordados os acontecimentos importantes que nos levam a compreender a sua estruturação, passando pelo conhecimento da Língua Portuguesa com o auxílio de LIBRAS e seus principais fundamentos teóricos. Seus processos históricos foram descritos no primeiro capítulo, a formação da Língua de Sinais e leis que contribuíram para que atualmente seja trabalhada dessa forma tão ampla nas diferentes áreas do ensino. No capítulo posterior há uma explanação teórica acerca da Língua Portuguesa e a Língua de Sinais Brasileira, que corroborou a elaboração do último capítulo que vem descrevendo o Núcleo de Educação Especial, a Legislação da Educação Especial em nível de Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul, e a Escola Estadual Coronel Juvêncio, localizada no município de Jardim/MS, onde foi aplicado o questionário para melhor compreensão do ensino com a participação de Intérprete de LIBRAS em sala de aula.

Palavras-chave: LIBRAS; Educação Especial; NUESP.

ABSTRACT

This project aims to describe Special Education, focusing on LIBRAS, starting from its historical formation where the important events that lead us to understand its structure, passing through the knowledge of the Portuguese Language with the help of LIBRAS and its main foundations theorists. Its historical processes were described in the first chapter, the formation of Sign Language and laws that have contributed to the current work being done so widely in different areas of education. In the later chapter there is a theoretical explanation about the Portuguese Language and the Brazilian Sign Language, which corroborated the elaboration of the last chapter that has been describing the Special Education Nucleus, the Special Education Legislation in Brazil and in the State of Mato Grosso do Sul, and the Coronel Juvêncio State School, located in the city of Jardim / MS, where the questionnaire was applied for a better understanding of the teaching with the participation of Interpreter of LIBRAS in the classroom.

KEYWORDS: LIBRAS; Special Education; NUESP.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Recursos utilizados para atender a aprendizagem do aluno surdo (questionário – 2017)	35
Gráfico 2 – Sugestões para melhorar o atendimento ao aluno surdo (questionário – 2017)	37
Gráfico 3 – Programas do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul dirigidos para a rede estadual do município de Jardim (questionário – 2017)	38
Gráfico 4 - Frequenta alguma reunião realizada pelo NUESP (questionário 2017) ..	39
Gráfico 5 - Sua escola sempre informa os cursos de capacitação para atender os alunos surdos? (questionário 2017)	39
Gráfico 6 - Você considera sua formação apta para atender os alunos surdos? (questionário – 2017)	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dificuldades possíveis de serem percebidas nos alunos surdos (questionário – 2017)	34
Quadro 2-. Há alguma justificativa para que essas dificuldades sejam encontradas? (questionário – 2017)	35
Quadro 3 - Na sua sala você pode contar com a presença de um interprete de LIBRAS? De que forma isso auxilia se trabalho? (questionário – 2017)	36
Quadro 4 – Conhece o NUESP (questionário – 2017)	38

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
CAEE - Centro de Atendimento Educacional Especializado
Caes – Centro de Atendimento Especializado em Surdez
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
Ceada - Centro de Atendimento ao deficiente da Áudio comunicação
Ceespi – Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva
Cenesp – Centro Nacional de Educação Especial
CNE – Conselho Nacional de Educação
Coesp - Coordenadoria de Educação Especial
D.A – Deficiente auditivo
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
Libras – Língua Brasileira de Sinais
L1 – Língua de Sinais
L2 – Língua Portuguesa
MEC – Ministério da Educação
Nuesp – Núcleo de Educação Especial
NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEE - Público Alvo da Educação Especial
PDE – Programa de desenvolvimento da educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
SED – Secretaria de Educação
Seesp - Secretaria de Educação Especial
SRM – Sala de recursos multifuncionais
Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1 LÍNGUA DE SINAIS SUA FORMAÇÃO E PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO	13
1.1 Língua de Sinais no Brasil.....	15
1.2 Língua mãe e Língua de sinais	17
1.3 Língua de Sinais no Mato Grosso do Sul	18
2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNO SURDO.....	21
3 O ENSINO DE LIBRAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E NO MUNICÍPIO DE JARDIM.....	29
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	32
3.2 Participantes da pesquisa	32
3.3 Instrumentos de coleta de dados: questionário	33
3.4 A aplicação dos questionários.....	33
3.5 Tabulação dos dados coletados.....	34
3.6 Apresentação dos dados.....	34
3.7 A análise dos dados coletados.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	43

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa foi motivada pelo interesse de como trabalhar na educação especial, tão debatida no cenário educacional atual e principalmente, a partir da inclusão da disciplina de LIBRAS, que propiciou reflexões e o ensejo de compreender o aluno surdo, a sua cultura, particularidades, entre outros fatores, tornando desta forma tema da minha pesquisa para conclusão de curso.

Ao iniciar o primeiro capítulo faz-se uma breve abordagem do processo histórico da língua de sinais, desde seu surgimento, sua importância no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Alguns dos principais teóricos abordados são DORZIAT (2005), Goldfeld (1997), QUADROS (1997), HONORA (2009), entre outros que nos descrevem a importância e o retrocesso histórico da língua de sinais.

No princípio do desenvolvimento educacional houve dificuldade para lidar com pessoas com deficiência no ensino especializado e regular. Com os alunos que apresentavam dificuldade auditiva não foi diferente; sua trajetória histórica apresenta uma marginalização bastante aparente, assim grandes estudiosos buscaram o desenvolvimento no atendimento específico para que fossem incluídos na aquisição de conhecimento, comunicação e desenvolvimento, incentivando assim a inclusão dos mesmos na sociedade para que assim fossem igualmente aceitos.

O segundo capítulo refere-se sobre o ensino bilíngue, de acordo com as propostas apresentadas no PCN. Ao nascermos aprendemos uma língua oral, no caso dos surdos, a LIBRAS. Cada um de nós temos contato inicial da comunicação com nossos pais, a considerada como língua mãe. Nos falantes nascidos em nosso país essa língua passa a ser a língua portuguesa e no caso dos alunos surdos conhecida como L1 está a LIBRAS e como L2 aquela que será aprendida na escola, a língua portuguesa.

Por fim o estudo apresentado no terceiro capítulo apresenta algumas Leis em relação à Educação Especial no Estado de Mato Grosso do Sul, o Núcleo de Educação Especial (NUESP) e a educação dos surdos em uma Escola Estadual Coronel Juvêncio no município de Jardim, situado no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, buscando salientar sua importância na formação dos professores que atendem os alunos que necessitam de Intérpretes. Posteriormente descrevemos as análises feitas dos dados coletados no questionário aplicado aos professores Intérpretes da Escola Estadual Coronel Juvêncio.

Uma abordagem muito relevante nesse trabalho está em analisar o questionário apresentado através dos aspectos teóricos estudados, compreendendo a realidade de quem trabalha com LIBRAS na escola em que contribuiu com a pesquisa, compondo a educação inclusiva no município de Jardim.

1 LÍNGUA DE SINAIS SUA FORMAÇÃO E PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO

Neste capítulo aborda-se brevemente o processo histórico da língua de sinais, desde seu surgimento, sua importância no Brasil, chegando ao nosso estado até ser abordado e trabalhado nas escolas.

Desde os primórdios do desenvolvimento da educação houve dificuldade para lidar com pessoas com deficiência. Com os alunos que apresentavam dificuldade auditiva não foi diferente, em sua trajetória histórica sua marginalização era bastante aparente. Buscou-se o desenvolvimento do atendimento específico para que fossem incluídos na aquisição de conhecimento, comunicação e desenvolvimento, incentivando a inclusão dos mesmos na sociedade para que assim fossem igualmente aceitos.

O abade Charles-Michael de L'Épée (1712-1789) foi um educador filantrópico francês que ficou conhecido como "Pai dos Surdos" e também um dos primeiros que defendeu o uso da Língua de Sinais (...) teve a disponibilidade de aprender a língua de sinais para poder se comunicar com os surdos (...) referindo-se à língua de sinais com respeito. (HONORA, 2009, p. 21-22).

Segundo Soares (1999), a educação de surdos iniciou-se na Europa com Pedro Ponce De Leon (1520-1584), para atender os filhos de pessoas da nobreza. Esse professor dedicava-se a atender os diversos alunos surdos para auxiliar na leitura e escrita.

Em 1756, Abbé de L'Épée cria, em Paris, a primeira escola para surdos, o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, com uma filosofia manualista e oralista. Foi a primeira vez na história, que os surdos adquiriram o direito ao uso de uma língua própria (GREMION apud ALBRES, 2008, p. 47).

Posteriormente no ano de 1864 surge nos Estados Unidos, em Washington D. C., uma instituição de ensino superior para surdos, chamada de Gallaudet University, utilizando de forma inclusiva a combinação da língua inglesa e a língua de sinais tentando incentivar o ensino da fala e escrita, o que não foi muito aceito para aquela época.

Outro fato que contribuiu historicamente para que ocorresse uma

comunicação entre os surdos foi à revolução industrial levando a uma exigência de mercado para que os aptos para desenvolver o trabalho desenvolvesse a função nas indústrias, o que possibilitou que os surdos desenvolvessem atividades para fins de produção, este fato fez com que os surdos se voltassem para o mercado de trabalho, mesmo sem conhecimento de educação básica, pois muitos vindouros do interior buscavam oportunidades de trabalho.

Estes espaços proporcionaram uma interação entre os surdos politicamente organizados e o desenvolvimento da língua de sinais a dar mais um passo para que ela fosse difundida entre os trabalhadores.

Segundo Widell (1992), socióloga dinamarquesa descreve sobre a “Associação dos surdos-mudos de 1866”, em Berlim, mantida por operários, com objetivos de natureza social, pois devido ao baixo padrão de vida, a maioria da comunidade surda consistia de trabalhadores especializados” A sociedade dominante investiu para que houvesse força de trabalho visando atender as necessidades de produção.

Com o acontecimento do Congresso Mundial de Professores de Surdos ocorrido em Milão, no ano de 1880, decidiu-se que os surdos deveriam aprender oralmente, buscando com que eles se comunicassem através da fala, sem o uso dos sinais. Neste ato foi estabelecido um método que buscava eliminar a Língua de Sinais e gestos nas escolas, como podemos observar:

Dada à superioridade incontestável da fala sobre os Sinais para reintegrar os Surdos-Mudos na vida social e para dar-lhes maior facilidade de linguagem... (Este congresso) declara que o método deve ter preferência sobre os Sinais na instrução e educação dos surdos e mudos. (CONGRESSO DE MILÃO, 1880)

Após este Congresso o estudo da língua de sinais foi abandonado por muito tempo e retomado para estudo de importância em 1960, após diversos estudos essa ideia foi considerada inepta para o desenvolvimento. William Stokoe realizou um estudo que demonstrou a importância da Língua de Sinais compatível com a oralidade e foi a partir daí que a história dos surdos começou um novo caminho.

A busca por adaptação da língua de sinais ao oralismo dominou até que surgiram pesquisadores que demonstravam a importância da língua de sinais devido à falta de adaptação da pessoa com surdez nas abordagens orais. Em 1968, surge a Comunicação Total acreditando que seria possível se comunicar efetivamente de

forma a ampliar o conhecimento, definindo a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais sendo eficaz na comunicação entre os deficientes auditivos e os demais ouvintes, visando à adaptação da criança surda adequando-as a vida social e emocional, apontando facilitar a adaptação.

A Comunicação Total apresenta uma nova abordagem educacional defendendo a utilização de diferentes recursos de linguagem valorizando a interação não sendo restrita a uma língua específica, mas abrangendo de forma geral a comunicação.

Os adeptos da comunicação total consideravam a língua oral um código imprescindível para que se pudesse incorporar a vida social e cultural, receber informações, intensificar relações sociais e ampliar o conhecimento geral de mundo, mesmo admitindo as dificuldades de aquisição, pelos surdos, dessa língua. (DORZIAT, 2005, p. 3)

Segundo Goldfeld (1997), houve um avanço percebendo que a língua de sinais seria utilizada independente da língua oral, surgindo o bilinguismo a partir do ano de 1970 e se disseminando pelo mundo a partir de 1980 em diante, adaptando as duas línguas para uma melhor compreensão.

Quadros (1997) descreve o bilinguismo com finalidade dos alunos surdos terem acesso às duas línguas assim aparece segundo ele como uma proposta para as escolas buscando tornar acessível às duas línguas para utilização no contexto escolar, sendo mais adequada para o ensino e interação dos alunos, na qual a língua natural parte do pressuposto da língua escrita.

1.1 Língua de Sinais no Brasil

No Brasil a utilização das Línguas de Sinais iniciou-se durante o império de Don Pedro II, com a fundação do Imperial Instituto de Surdos, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1857 pelo professor Hernest Huet. O local era frequentado por pessoas de todo o país do sexo masculino, era tido como um tipo de asilo para pessoas rejeitadas pela família.

Hernest Huest, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Deu origem à língua

Brasileira de Sinais, com grande influência da língua Francesa (...) apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais (HONORA, 2009, p. 27).

Este professor trouxe consigo o ensino da Língua de Sinais Francesa como sistema de comunicação utilizada em outros locais e sua metodologia era de estratégia combinada, a língua mãe e língua de sinais.

Os principais Institutos de Educação de Surdos tiveram como modelo a educação francesa e conseqüentemente, independente da contradição entre ensino da oralidade ou Língua de Sinais, carregam consigo a Língua Francesa de Sinais. Por isso a escola tem relação direta com o desenvolvimento da Língua de Sinais em nosso país, pois é nesse espaço que os surdos se encontram quando crianças. (ALBRES apud GREMION, 2005, p. 03)

No Brasil, o ensino de LIBRAS e inclusão dos alunos com deficiência passou por etapas, alguns eram surdos enviados para institutos para conseguir a alfabetização e permaneciam até serem escolarizados. A partir de 1960, foram sendo integradas às escolas comuns, mas considerados como deficientes em sua maioria ainda frequentavam escolas especiais. Nas escolas comuns eram direcionados para salas especiais por não ser ainda adaptada para atendê-los.

Segundo Strobel e Fernandes (1998), a escola de surdos faz-se necessária para que promova o desenvolvimento dos mesmos como cidadãos atuantes contribuindo para a formação da identidade surda, os dados históricos apontam para um desenvolvimento mais atual dessa implantação no Brasil.

Em 1990 ocorre a proposta da educação inclusiva, na qual os alunos independentes da deficiência deveriam ser atendidos e permanecer em salas comuns, com auxílios necessários. Os alunos com deficiência auditiva necessitam de acompanhamento de Intérpretes de LIBRAS. Na mesma década é realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia, e posteriormente em 1994 a Conferência de Salamanca, na Espanha, influenciando as discussões acerca da proposta inclusiva que ainda se encontrava pouco eficiente no Brasil.

A educação especial não nasceu para dar oportunidade à criança que, por anormalidades específicas, apresentava dificuldades na escola regular. A educação especial nasceu voltada para a oferta de escolarização a crianças cujas anormalidades foram aprioristicamente determinadas como prejudiciais ou impeditivas para sua inserção em processos regulares de ensino. E esta não é uma

mera diferença de ênfase na análise do percurso histórico da Educação Especial, mas uma diferença de fundo, demonstrativa do caráter de segregação do indivíduo anormal e dos processos exigidos pelas novas formas de organização social (BUENO, 2001, p. 26).

Vale destacar a importância da Aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo V, da Educação Especial, no Art. 58, define como educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No ano de 2002 foi aprovada a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma legal de comunicação e expressão a ela associados, e na sua constituição linguística de natureza visual-motora, “ [...] com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. ” Em seu Art. 2º propõe como garantia “por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”, respeitando-a como meio de comunicação das comunidades surdas do Brasil.

Outro direito garantido na Lei, em seu Art. 3º, trata sobre o “atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor” e, em seu Art. 4º, atribui aos sistemas educacional federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal a “garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais”, conforme legislação vigente e como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estabelece que a LIBRAS não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

1.2 Língua mãe e Língua de sinais

O indivíduo ouvinte, ao desenvolver a oralidade aprende a língua oral/auditiva enquanto os surdos nascem e aprendem a língua de sinais, sendo assim a sua língua gestual/visual.

Segundo Almeida (2013), a Língua materna, por alguns chamados de língua

mãe ou língua natural é aquela que aprendemos em primeira estância, em alguns países os falantes ou deficientes auditivos aprendem diversos idiomas para se comunicar, mas no caso do Brasil, a criança até os cinco anos de idade é ensinada por pais brasileiros a se comunicar e provavelmente irá aprender a língua portuguesa sendo a língua oficial do nosso país, e a segunda língua no caso aprendida na escola regular ou idiomas seria a segunda língua, mas ao defender o bilinguismo estimasse que a primeira língua aprendida por pessoas com surdez seja a língua de sinais.

O ensino do bilinguismo se apresenta como uma proposta que busca escolarizar, com matérias e métodos os alunos, com deficiência auditiva.

A proposta da educação bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas e como um reconhecimento político da surdez como diferença (SKLIAR, 1998, p. 1).

Segundo Quadros (2004), a Língua de Sinais deve ser adquirida desde o início de vida; a criança deve interagir o mais cedo possível, com sinalizadores, os pais devem ser os seus primeiros professores, posteriormente adquirindo as demais potencialidades da comunicação.

1.3 Língua de Sinais no Mato Grosso do Sul

Segundo Neres (2009), podemos observar dentre as adaptações e articulações da língua de Sinais Brasileira, no estado de Mato Grosso do Sul, que houve uma trajetória histórica da educação especial com enfoque no deficiente auditivo, ou seja a educação especial está presente na constituição histórica desde a década de 1970.

Ainda de acordo com Neres (2009), desde a criação do estado em 1977, quando Campo Grande foi nomeada cidade capital do estado, existia em torno de vinte mil alunos e oitocentos professores na rede municipal de ensino. Nesse sentido a capital se tornou um centro político impulsionando a educação. Dentre os fatos descritos, a constituição da educação especial encontrou diversas dificuldades por não haver a preparação necessária para o desenvolvimento da mesma, sendo a

evasão grande nessa época, o que fez com que fossem repensadas estratégias para a sua efetivação no ensino.

Segundo Granemann (2006), Mato Grosso do Sul oficialmente iniciou a efetivação da educação especial em 1981, por meio do Decreto nº 1.231, de 23 de agosto do mesmo ano, criando a Regional de Assistência Médico– Psicopedagógico e Social (CRAMPS), onde se encontravam equipes multidisciplinares. Ocorre também a criação do Serviço de Atendimento Precoce (SEAPRE) e o Serviço de Atendimento aos Distúrbios de Aprendizagem (SEDEA). Paralelamente a essa estrutura, foi criada a Diretoria de Educação Especial.

[...] tal Diretoria tinha, como objetivo principal, a implementação da política de educação especial no estado. A nova estruturação então vigente procurou estabelecer suas normas de atuação, seguindo parâmetros apresentados pelo Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, órgão nacional criado em 1973, que orientava a realização. (ANACHE, 1994 apud GRANEMANN, 2006, p. 37)

Segundo Almeida (2004), os professores passam a entender a relação entre a educação especial e a função da escola em seu desenvolvimento.

Nas últimas décadas houve avanços significativos nas políticas educacionais voltadas a educação especial no nosso estado, tornando-a assim uma referência no ensino.

Ao abordar as políticas públicas voltadas à inclusão dos alunos na educação especial não podemos deixar de citar o Núcleo de Educação Especial (NUESP), criado pelo Decreto n. 12.170, de 23 de outubro de 2006, que dispõe:

Art. 1º Ficam criados em todos os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, os Núcleos de Educação Especial - NUESP, vinculados, pedagogicamente, à Coordenadoria de Educação Especial, da Superintendência de Políticas de Educação, da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 2º Os Núcleos de Educação Especial visam à articulação e ao desenvolvimento das políticas de educação especial da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 3º O NUESP de Campo Grande vincula-se, administrativamente, à Coordenadoria de Educação Especial e os demais a uma unidade escolar do respectivo município.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Educação prover os recursos necessários ao funcionamento dos Núcleos e estabelecer critérios para efeito de lotação do pessoal.

O CAS, CEADA e NUESP contribuem de forma positiva para a inclusão e a escolarização do estudante com surdez e deficiência auditiva, por meio da atuação e do apoio das unidades de inclusão no estado de Mato Grosso do Sul.

2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNO SURDO.

A perspectiva abordada nesse capítulo é norteada através da abordagem sobre o ensino nas escolas regulares da rede pública, o aluno surdo e a compreensão dos conteúdos de língua portuguesa presentes no referencial curricular, levando em conta a educação inclusiva apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Pensar o aluno surdo é além de uma tarefa árdua um aspecto vantajoso de pensar o ser humano de modo geral.

É nas pessoas com deficiência que podemos observar com mais nitidez as várias formas de ser como pessoa, pelo que são erroneamente reconhecidas como especiais ou extraordinárias, mas realizando apenas a condição humana de estar no mundo de um modo diferente. (MARTINS, 2008, p, 30).

O ensino nas escolas tem exigido cada vez mais um conhecimento sobre novas técnicas e metodologias buscando interagir todos os alunos de forma inclusiva e que sua convivência e aprendizado sejam constituídos de diversos saberes que auxiliam no desenvolvimento futuro.

Para Church (1961, apud SACKS, 2010, p. 45):

A língua transforma a experiência. [...] o aprendizado da língua transforma o indivíduo de tal modo que ele é capaz de fazer coisas novas para si mesmo ou coisas antigas de maneiras novas. A língua permite-nos lidar com coisas à distância, agir sobre elas sem manuseá-las fisicamente. Primeiro, podemos agir sobre outras pessoas, ou sobre objetos por meio de pessoas. [...] Segundo, podemos manipular símbolos de modos que seriam impossíveis com as coisas que eles representam e, assim, chegar a versões inusitadas e criativas da realidade. [...] Podemos reorganizar verbalmente situações que, em si mesmas, resistiriam à reorganização. [...] podemos isolar características que, na realidade, não podem ser isoladas. [...] podemos justapor objetos e eventos muito separados no tempo e no espaço. [...] podemos, se quisermos, simbolicamente virar do avesso o universo.

A ampla finalidade de aprender para nos comunicar atenta que todos se aprimoram ao interagir uns com os outros através das línguas, sejam elas língua portuguesa, inglesa, espanhola ou de sinais, com a evolução que acompanhamos sobre LIBRAS podemos perceber que para os alunos surdos ela deve ser abordada

como língua natural, ensinada pelos pais como primeira forma de comunicação e assim juntamente com a língua portuguesa desenvolver o aprendizado.

Regularmente fala-se sobre as mudanças que o cenário nacional educacional está vivenciando, sobre os estudos que foram realizados sobre a educação inclusiva e o auxílio do interprete, através dos quais surgem diversos questionamentos que atentam para necessárias mudanças que ocorrem nas várias áreas do saber construindo novas abordagens e metodologias, ampliando as propostas de trabalhar a LIBRAS nas salas de aula.

Vygotsky (1991) nos aponta que alguns desenvolvimentos psicológicos não acontecem naturalmente; necessitam de uma mediação, ou seja, um instrumento cultural e a língua é a mais importante delas. No seu desenvolvimento o indivíduo surdo amplia os sentidos e funções biológicas havendo uma melhoria no desempenho com o uso do instrumento de LIBRAS.

No centro das instituições escolares predomina-se muito a requisição acerca da leitura e da escrita, a criança deve regularmente apresentar conhecimento das questões gramaticais, mas o ensino da língua em si já vem de casa onde desde as primeiras palavras os alunos aprendem, no âmbito familiar, que diversas vezes não aborda as questões da língua formalizada. Porém, quando se trata de indivíduos que apresentam surdez, a escola deve proporcionar o acesso à língua portuguesa, para que tenham facilidade de adequar-se aos textos escritos, percebendo que há uma grande dificuldade de compreensão e interpretação dos mesmos.

Para os surdos, a Língua Natural é a Língua Brasileira de Sinais e funciona como L1 e a língua portuguesa a L2, assim cada uma delas apresenta suas especificidades, regras e princípios.

O quadro dos estudos gerativos em segunda língua permite equiparar as gramáticas de primeira língua (L1) e de segunda língua (L2) e investigar aspectos divergentes. Como indica a literatura recente há limites para a variação em gramáticas não nativas, assim como em gramáticas nativas. Por meio de experimento controlado de produção escrita, elaborado com o intuito de examinar as construções de posse não pronominais do português, buscou-se a identificação e a descrição de construções de posse na interlíngua dos aprendizes surdos que não são facilmente observadas na produção espontânea. (CHAN-VIANNA, A. 2003, p. 65)

De acordo com Dorziat (2004), a inclusão de pessoas surdas tem como objetivo a participação social que se torna dependente da organização escolar

seguindo os critérios de interação da língua de sinais, a valorização de conteúdos e a relação que existe entre as mesmas inferindo na cultura surda.

Em contraponto a esta ideia, Lacerda (2000) defende que as escolas ainda têm uma visão oralista da escolarização do surdo, busca igualar os alunos surdos e orais mantendo o mesmo comportamento em relação à língua, lendo e escrevendo sendo que a maioria dos surdos no Brasil busca o ingresso à escolarização que atenda às suas necessidades metodológicas, sociais, linguísticas e culturais.

Desta forma percebe-se que as teorias que envolvem o ensino de surdos apresentam amplos conceitos e diretrizes a serem estudadas e seguidas. Mediante este fato inserir os alunos em salas comuns sem professores preparados ainda tem sido uma das principais barreiras e problemáticas enfrentadas na inclusão.

No estado de Mato Grosso do Sul, alguns municípios conseguiram adequar-se à nova realidade de inserção dos alunos surdos com a modalidade de ensino regular visando atendê-los através da Língua Brasileira de Sinais. Porém esta situação não se aplica na realidade de todos os municípios brasileiros.

É nas pessoas com deficiência que podemos observar com mais nitidez as várias formas de ser como pessoa, pelo que são erroneamente reconhecidas como especiais ou extraordinárias, mas realizando apenas a condição humana de estar no mundo de um modo diferente. (MARTINS, 2008, p, 30).

A importância da cultura surda para o cotidiano no ensino faz-se necessária para todas as etapas. Ao observar as escolas comuns, Souza e Góes (1999) nos provocam a perceber a realidade de que é a escola que necessita adequar-se ao aluno, atender, respeitar e trabalhar a partir de suas singularidades específicas.

O processo de inclusão do aluno surdo vem sendo acompanhado por professores e profissionais que nem sempre dominam a Língua Brasileira de Sinais e a proposta de ensino bilíngue e por professores sem preparo e capacitação, com a visão de que é o aluno que deve harmonizar-se à escola, enquanto deveria ser o contrário. Quando pensamos em como solucionar este problema percebemos que a escola deve estar mais atenta a esta realidade, acionando os poderes necessários para tornar a educação efetiva nesta área.

Segundo o MEC (2004), para que possamos trabalhar de forma ampla o ensino dos alunos surdos, a sua inserção deve ser contínua, as atividades que envolvem o ensino implicam-se em desenvolver estratégias metodológicas para

desenvolver a leitura e produção de um texto.

No caso do aluno surdo, seu sucesso depende de habilidades desenvolvidas para atender suas especialidades, o professor que desenvolve este trabalho educacional está em constante aprimoramento adequando atividades proposta nos contextos linguísticos e situações extralinguísticas para auxiliar no aprendizado.

A leitura é um processo complexo e abrangente de decodificação de signos e de compreensão e inteligência do mundo que faz rigorosas exigências ao cérebro, à memória e à emoção. Lida com a capacidade simbólica e com a habilidade de interação mediada pela palavra. É um trabalho que envolve signos, frases, sentenças, argumentos, provas formais informais, objetivos, intenções, ações e motivações envolvem especificamente elementos da linguagem, mas também os da experiência de vida dos indivíduos. (GARCEZ, 2001,p,21)

Segundo Garcez (2001), para que o aluno surdo desenvolva a leitura uma das principais estratégias encontra-se em seguir uma organização simples de identificação do gênero do texto, o professor deve sempre buscar conduzir o aprendizado do aluno cumprindo as etapas do seu desenvolvimento, macroestruturais: gênero, tipologia, pragmática e semântica (textuais e discursivos) e micro estruturais: gramaticais/lexicais, morfossintáticos e semânticos (lexicais e sentenciais).

Na língua Portuguesa, o desenvolvimento da leitura deve ser um dos principais meio de interação entre o aluno surdo e o conhecimento, constituindo uma etapa fundamental no seu aprendizado, a língua de sinais tem exercido seu papel como um instrumento para este avanço na vida do aluno, a L1 desses alunos em especial é a LIBRAS, que já vem de berço, porém para praticar leitura necessita do auxílio de um professor que vise auxilia-lo, aparecendo assim à língua portuguesa (L2) como um auxílio para o mesmo, sendo assim defendida a educação bilíngue.

Segundo sugere Garcez (2001), para a efetivação da leitura aos alunos que necessitam do auxílio de LIBRAS, seguir algumas estratégias como analisar e compreender os principais aspectos macroestruturais é um instrumento de identificação e interação de leitura do texto, observando e relacionando o texto com as informações como título, nome do autor, explorando a capa do livro através de desenho e informações obtidas por decodificação de imagens. Fazer uma correlação

com outras leituras construindo paráfrases em LIBRAS ou na própria língua portuguesa caso tenha domínio.

As dificuldades são bastante perceptíveis no contexto do ensino nacional; o principal desafio é de ministrar. Também encontrado ao deparar-se com diversas identidades da cultura surda o que evidencia uma realidade diferenciada detectando os investimentos criativos para a realização do aprendizado. Buscar um procedimento metodológico efetivo para recompor e recriar de forma significativa as relações linguísticas e culturais de contato entre os surdos e sonoros construindo sentido na interação.

...a humanidade poderia existir sem a audição, sem o paladar e sem o olfato, quer dizer, sem nenhuma noção do ruído, do sabor e do odor. Se tivéssemos, portanto, alguns órgãos a menos, ignoraríamos coisas admiráveis e singulares, mas, se tivéssemos alguns órgãos a mais, descobriríamos em torno de nós uma infinidade de outras coisas de que nunca suspeitaremos por falta de meios de constatar-las (MAUPASSANT apud SALLES, et al., 2004, p. 36.)

Ensinar a Língua Portuguesa presente no ensino das escolas seria uma forma de interação dos alunos surdos com a realidade do ensino, se sua língua materna LIBRAS fosse ensinada desde seu desenvolvimento em casa, mesmo com a surdez os alunos teriam uma interação com os demais membros da comunidade.

Comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns de seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas (PADDEN e HUMPHRIES, 1988 apud STROBEL, 2008, p. 56).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 5,1% declararam ter deficiência auditiva (entre 9,7 milhões). 2,1 milhões de pessoas declaram possuir deficiência auditiva severa, destas 344,2 mil são surdas e 1,7 milhões possuem dificuldades em ouvir. Ao tratar de números, essa população equivale a nove milhões de pessoas; nesta realidade um grande número de pessoas não tem acesso a orientações e auxílio para tal deficiência, realidade esta que vem se alterando nos últimos anos, onde a escola passa a ser um apoio para a população sem acesso, propondo encaminhamentos às secretarias de saúde para

atendimento, propiciando diagnósticos através de laudos médicos em relação a deficiência que o aluno apresenta.

Goldfeld (2002) nos apresenta uma visão sobre a escolarização do surdo como algo com grande complexidade. A criança nasce em família ouvinte que não tem acesso ao ensino de LIBRAS, só aprendendo a se comunicar com o auxílio da escola que em diversas vezes não está preparada para atendê-los. A escola por sua vez busca acompanhar o aluno buscando estratégia para que seu desenvolvimento seja efetivo, adotando uma proposta metodológica para tal fim.

Por ser uma língua visual-espacial, a Língua de Sinais permite que o surdo a adquira na interação com usuários fluentes, preferencialmente surdos. Uma vez adquirida, ela vai possibilitar ampliação de conhecimento de mundo e de língua, com base nos quais os alunos surdos vão aprender a Língua Portuguesa (BALIEIRO et al., 2008, p. 71).

Muitos alunos em idade escolar não dominam a língua de sinais e por esse motivo apresentam dificuldade em aprender a língua portuguesa, Baleiro (2008) nos apresenta uma proposta de ensino para atender esses alunos de forma diferenciada, onde LIBRAS caberia como uma disciplina presente nas escolas, o que de fato não acontece, fazendo parte do contexto em que estão os conhecimentos trabalhados na escola, para esse fato buscamos interagir de forma interdisciplinar sistematizando o conhecimento.

[...] os que têm surdez pré-linguística, incapazes de ouvir seus pais, correm o risco de ficar seriamente atrasados, quando não permanentemente deficientes, na compreensão da língua, a menos que se tomem providências eficazes com toda a presteza. E ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos compartilhamos informações. Se não pudermos fazer isso, ficaremos incapacitados e isolados, de um modo bizarro sejam quais forem, nossos desejos, esforços e capacidades inatas. (SACKS, 2010, p. 19).

As novas metodologias do ensino propõem que os professores que os atendem sejam aptos na Língua Brasileira de Sinais, constantemente preparados para que seu auxílio no aprendizado do aluno seja vantajoso e eficiente. Para os que iniciam nesta caminhada uma proposta metodológica que vem a ser satisfatória é a

utilização de imagens e materiais de apoio.

Segundo Bakhtin (2006), a língua é produto da interação do indivíduo com o meio, não podendo assim ser entendida como um conjunto de normas imutáveis das quais o indivíduo se apropria em situações artificialmente produzidas. Todavia, grande parte das escolas brasileiras ainda insiste nas velhas práticas de um ensino pautado pela internalização de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Ainda sobre os dizeres de Bakhtin (2006), o ensino vem a ser inicialmente como um processo de repetição, memorização das estruturas gramaticais visando sua compreensão, resumindo os assuntos, adaptando o seu ensino mantendo o aluno próximo sem dar as costas ao aluno, utilizando linguagem figurada de fácil compreensão.

O desafio que o cenário nacional apresenta a necessidade da preparação dos professores para atender os alunos com as diversas necessidades que os mesmos apresentam.

Segundo Albres (2008, p.9), no estado de Mato Grosso do Sul o emprego de LIBRAS foi se aprimorando com os cursos oferecidos aos professores com a finalidade de capacitar.

A linguagem da criança sempre provocou especulações diversas entre leigos ou estudiosos do assunto. Seja essa linguagem a manifestação imperfeita de ser incompleto, seja a expressão primitiva da palavra de Deus, o fato é que relatos mais ou menos esparsos, porém constantes, têm sido registrados ao longo dos séculos e chegaram até nós (SCARPA, 2001, p.203).

De acordo com Freire (1996), através da educação para os surdos ele poderá ter acesso ao avanço profissional e social como todo cidadão que possui direitos do uso da língua portuguesa nas diferentes modalidades da oralidade e escrita.

Os surdos querem aprender na língua de sinais, ou seja, a língua de sinais é a privilegiada como língua de instrução. O significado disso vai além da questão puramente linguística, situa-se no campo político. Os surdos estão se afirmando como grupo social com base nas relações de diferença. Como diferentes daqueles que se consideram iguais, ou seja, os ouvintes, os surdos buscam estratégias de autoafirmação (QUADROS, 2006. p.32).

Assim, o bilinguismo se apresenta como uma proposta que facilita o ensino-aprendizagem para desenvolver a língua portuguesa com o auxílio de LIBRAS, o bilinguismo consiste em focar o ensino a um determinado local de ensino refletindo sobre a questão estrutural da aprendizagem dos alunos surdos.

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua , a língua oficial de seu país(...)os autores ligados ao Bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante o ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 2002, p. 38)

Com todas as mudanças que a educação vem sofrendo, podemos ver os grandes avanços que o ensino da Língua Portuguesa juntamente com auxílio da Língua de Sinais para atender os alunos surdos, teve para tal finalidade de demonstração no capítulo seguinte será discutido um questionário para exemplificar tal efeito.

3 O ENSINO DE LIBRAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E NO MUNICÍPIO DE JARDIM

Segundo Skliar (1998), ao pensar à educação especial para surdos nos deparamos com a ideia de parecer não ser o marco adequado para uma discussão significativa sobre a educação de surdos. Porém, ela tem tomado espaço habitual onde se produzem e reproduzem táticas e estratégias de naturalização dos surdos em ouvintes.

Neste capítulo destacamos a NUESP (Núcleo de Educação Especial), a sua importância no acompanhamento na orientação dos professores e Intérpretes dos alunos surdos e as análises dos dados coletados com a aplicação dos questionários aos professores da Escola Estadual Juvêncio.

No estado do Mato Grosso do Sul o Núcleo de Educação Especial, (NUESP) foi criado no ano de 2006, por meio do Decreto nº 12.170, de 23 de outubro de 2006, onde visava atender a todos os municípios que se localizam no estado por meio da Coordenadoria de Educação Especial, para que fossem feitas capacitações por meio de cursos e atendimento às escolas que tem potencial em atender os alunos portadores de algum tipo de deficiência.

No ano de 2009, através do Decreto nº 12.737/2009 que dispõe sobre a criação do Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva (CEESPI), visando ao atendimento dos estudantes com necessidades especiais, com foco na inclusão através da formação de profissionais de todas as áreas da educação, onde há uma ampla disponibilidade de atendimentos para melhorar a atuação entre os profissionais e alunos.

Atualmente, o convênio do CEESPI com a SED/MS, não delega exclusividade no atendimento, uma vez que poderá prestar assistência educacional especializada aos estudantes com necessidades especiais da Rede Pública Municipal, por intermédio de parcerias firmadas com a Secretaria de Estado de Educação (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

No que diz respeito aos professores que prestam atendimento a Educação Especial destacamos segundo Almeida (2004, p. 3):

Os professores especiais devem entender o campo da Educação Especial como uma disciplina que evolui e que se modifica com base

em filosofias, princípios e teorias que por sua vez também estão baseados em evidências, leis e políticas relevantes, pontos de vista históricos e diversos, assuntos que influenciaram e que continuam influenciando o campo da Educação Especial e o campo da Educação Geral, bem como o tratamento de indivíduos com necessidades especiais tanto na escola quanto na sociedade. Os professores devem entender a relação entre a Educação Especial e a organização e funções da escola, bem como os sistemas escolares e outras agências. Esses conhecimentos devem ser utilizados pelos educadores especiais como uma base sobre a qual vão construir os entendimentos pessoais e filosóficos da Educação Especial.

O Decreto nº 13.281, de 20 de outubro de 2011, aprova a Estrutura Básica da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SED/MS).

No capítulo - II art. 2º da Superintendência de Políticas de Educação inclui na estruturação a Coordenadoria de Políticas para Educação Especial (COPESP), possibilitando a criação do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotado; Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez; Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual e o Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Uma das maiores evoluções para o ensino foi a contratação de Intérpretes de Libras para atender os alunos da rede estadual de ensino, com o aumento da demanda, anualmente abre-se um formulário de inscrição para Intérpretes temporários, todos devem apresentar a documentação necessário de comprovação de cursos e mensalmente participam de capacitações e avaliações que comprovem seu nível de conhecimento.

A rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul foi a primeira a introduzir o intérprete de Libras nos espaços educacionais, posteriormente a rede municipal também passou a contar com o trabalho desses profissionais. Esses foram os primeiros espaços da Libras, que foi se expandindo de forma que, atualmente, esses profissionais atuam também em estabelecimentos particulares e no ensino superior (VILHALVA, 2006).

Outro importante aspecto que deve ser respaldado como avanço na área da educação inclusiva em especial aos alunos surdos foi o ensino de LIBRAS nos cursos de licenciatura:

A profissão do tradutor e Intérprete de LIBRAS no Brasil foi regulamentada com a Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010 (BRASIL, 2010b). Esse profissional

possui a competência de realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea ou consecutiva, e possui proficiência em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. A lei regulamenta também como deve ser realizada a formação desse profissional, em relação às suas atribuições e conduta ética.

No ano de 2010, no Estado de Mato Grosso do Sul, com o Decreto nº 14.681, de 17 de março, foi reorganizada a estrutura Básica da Secretaria de Estado de Educação e a Coordenadoria de Políticas para Educação Especial – COPESP, que está subordinada à Superintendência de Políticas Educacionais-SUPED, nomenclatura que substituiu a Superintendência de Políticas de Educação (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Segundo dados da coordenadoria, responsável pelo Sistema Educacional Inclusivo, sua viabilidade atual está em ações que fortalecem o ensino fundamentado pelo artigo Art. 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O estado de Mato Grosso do Sul busca a melhoria constante no ensino e no atendimento aos alunos surdos e após essa iniciativa houve uma mobilização para a inserção dos Intérpretes nas redes municipais de ensino. Assim podemos observar a importância da iniciativa de atender a esses alunos de forma inclusiva.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi através de coleta de dados para formar uma pesquisa qualitativa, realizada através de questionário descritivo mediante respostas pessoais.

Para Lakatos (2000), neste tipo de pesquisa devemos avaliar a importância de cada resposta enfatiza demonstrando a relevância das mesmas. Nesse sentido, o autor considera fundamental como se encontra o estágio da pesquisa, porém com a teoria respeitando ao tema; as contribuições teóricas, assim como a “[...] importância do tema para os casos particulares em questão; possibilidade de se sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto;

descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares etc.” (LAKATOS, 2000, p. 103).

Para uma efetiva investigação buscamos dispor de estratégias de pesquisa que são uma ferramenta de extrema importância para alcançar os objetivos propostos mediante a finalidade do trabalho, buscamos investigar todos materiais e métodos com o intuito de concluir as propostas apresentadas.

3.2 Participantes da pesquisa

Dentre as escolas estaduais e municipais que atuam no município de Jardim, a Escola Estadual Coronel Juvêncio, que foi criada em 31/03/1949 como Escola Pública Municipal "Coronel Juvêncio". Pertencente anteriormente ao município de Bela Vista, passou a pertencer ao município de Jardim em 11/03/1975 quando foi denominada Escola Estadual de 1º Grau Cel. Juvêncio e só mais tarde ficou elevada em nível de 2º grau e atualmente oferece a Educação Básica com Extensão em Atendimento na Sala de Recursos Multifuncional (NUESP) e AJA (Avanço do Jovem na Aprendizagem).

O questionário aplicado na escola Estadual foi respondido por quatro professores que corresponderão a R01, R02, R03 e R04, que atuam no ensino regular de ensino no período matutino, vespertino e noturno, com alunos de diferentes faixas etárias, que fazem acompanhamentos em suas residências caso necessário.

4.3 Instrumentos de coleta de dados: questionário

Para desenvolver a análise proposta nesse trabalho além das pesquisas teóricas foi realizado um questionário contendo dez questões abertas, onde os professores tiveram liberdade para escrever suas próprias respostas no seu devido tempo com intuito de compreender o ensino de LIBRAS:

- 1) Quais dificuldades são possíveis de serem percebidas nos alunos surdos?
- 2) Há alguma justificativa para que essas dificuldades sejam encontradas?
- 3) Qual dinâmica utilizada para atender esse aluno?

- 4) Na sua sala você pode contar com a presença de um Intérprete de LIBRAS? De que forma isso auxilia seu trabalho?
- 5) Para sanar as dificuldades quais soluções você propõe?
- 6) Os programas oferecidos pelo governo do estado são dirigidos para o município onde você ministra aulas?
- 7) Já ouviu falar da NUESP?
- 8) Frequenta alguma das reuniões da NUESP?
- 9) Sua escola sempre informa os cursos de capacitação para atender os alunos surdos?
- 10) Você considera sua formação apta para atender os alunos surdos?

3.4 A aplicação dos questionários

Mediante proposta analisada pela orientadora deste trabalho, encaminhamos ao coordenador do curso de Letras Habilitação Português/Inglês, oferecida pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, polo de Jardim, uma documentação necessária para aplicação, sendo apresentada à escola e posteriormente respondida por quatro professores que se propuseram a acrescentar nesse conhecimento.

Foi desenvolvido no mês de agosto do ano de 2017 e prontamente atendido pelos professores da escola Cel. Juvêncio como tempo hábil de análise e resposta.

Para desenvolvimento do questionário direto é necessário levantar informações para discorrer uma análise qualitativa neste caso sendo reflexiva mediante a proposição de métodos de definição de amostras, sendo assim uteis para a funcionalidade proposta.

3.5 Tabulação dos dados coletados

Os dados coletados e avaliados permitiram a construção de quadros e de gráficos que foram tabulados e confeccionados no software Microsoft Excel, possibilitando assim a análise dos mesmos e subsidiando a discussão final desta pesquisa.

3.6 Apresentação dos dados

Quanto às dificuldades apresentadas pelos alunos surdos em relação ao ensino, os dados coletados apresentaram: a dificuldades da leitura, o entendimento da gramática, pois a construção gramatical da Língua Brasileira de Sinais é diferente da Língua Portuguesa (Quadro 1).

Quadro 1- Dificuldades possíveis de serem percebidas nos alunos surdos (questionário – 2017)

<p>Dificuldades percebidas pelos professores de apoio: Interprete de LIBRAS</p>	<p>R01 - A leitura, o entendimento da gramática, escrita de todos porque a língua deles tem que ter a LIBRAS</p> <p>R02 - Principalmente na língua portuguesa, escrita, sem análise dos interpretes há pouca ou nenhuma comunicação</p> <p>R03 - A comunicação entre o ouvinte e o surdo</p> <p>R04 - Acompanhar o conteúdo e realizar as provas em tempo hábil, pois é necessário a interpretação de cada questão, dependendo do nível linguístico que o aluno se encontra</p>
---	---

Fonte: a própria autora

Desta forma, com a ausência do Interprete de LIBRAS em sala de aula a comunicação entre o professor regente e o surdo tem pouca ou nenhuma comunicação. Dependendo do nível linguístico deste aluno surdo, ele apresenta dificuldades para acompanhar o conteúdo assim como não consegue desenvolver suas atividades, como a realização de prova no tempo estipulado. Neste questionamento as respostas foram diversificadas, porém foi possível identificar que duas delas apresentaram um ponto em comum: que se trata da parte escrita como causa da dificuldade.

Ao serem questionados sobre o que poderia justificar as dificuldades apontadas, foi assinalado a diferença da língua portuguesa e língua de sinais, que o surdo deveria ser alfabetizado com a LIBRAS (primeira língua) e a língua portuguesa ser a L2. Destaca-se que a aquisição de uma segunda língua é difícil para qualquer pessoa, no caso do surdo o ensinamento precisa ser diferenciado, principalmente utilizando recursos visuais, assim como deve ser considerado o nível linguístico de cada aluno, pois em relação ao estágio que esse se encontra, a interpretação de conteúdo pode demorar um pouco, considerando que o Interprete de LIBRAS precisa sinalizar e por vezes contextualizar o exemplo para melhor entendimento da matéria (Quadro 2). Segundo Goldfeld (2002), toda essa problemática está sendo de

grande complexidade, porém a escola busca atender e sanar todas as especificidades que estão no atendimento.

Quadro 2- Há alguma justificativa para que essas dificuldades sejam encontradas? (questionário – 2017)

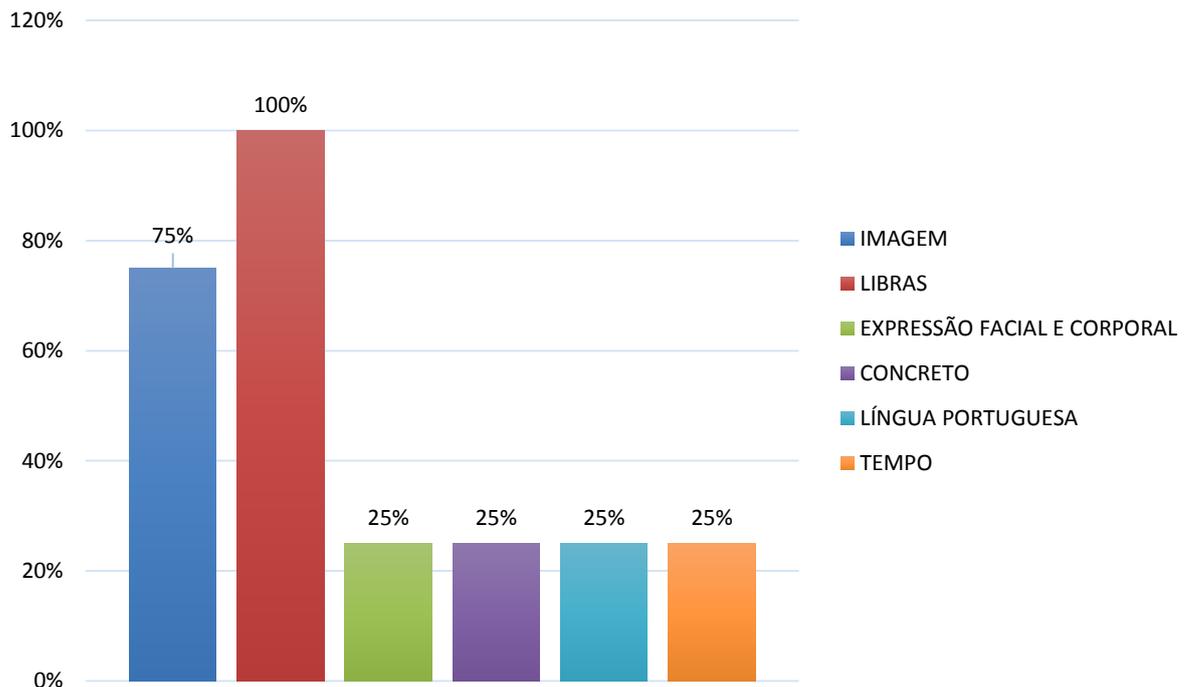
<p>Justificativas para as dificuldades percebidas pelos professores de apoio: Interprete de LIBRAS</p>	<p>R01 - Sim. O surdo tem que ser alfabetizado na LIBRAS como primeira língua e a língua portuguesa como L2</p> <p>R02 - A aquisição de uma segunda língua é sempre difícil para qualquer pessoa. Como não ouvem os sons é muito difícil memorizar cada palavra.</p> <p>R03 - A língua de sinais e a língua portuguesa são duas línguas diferentes</p> <p>R04 - Nível linguístico de cada aluno, tempo curto para realizar as explicações em LIBRAS</p>
--	---

Fonte: a própria autora

Desta forma, podemos observar que a justificativa se dá na dificuldade de aprender outra língua, por serem diferentes e apresentarem suas especificidades. Quando pensamos na educação bilíngue propomos que o ensino tem sido efetivo em atender, mesmo com tantas dificuldades cada aluno em particular.

Sobre a dinâmica utilizada para atender o aluno surdo em sala de aula, várias atividades foram destacadas: podemos observar as posições que consideram importante o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais; a necessidade de aulas com imagem para uma melhor compreensão do conteúdo, pois o surdo é visual; a importância do ensino da língua portuguesa; a expressão facial e corporal; trabalhar o concreto com esses alunos e o aumento do tempo para a realização da prova, pois os professores utilizam apenas 1 tempo (50min), sendo que na maioria das vezes não é suficiente para realizar a interpretação dos enunciados ao aluno surdo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Recursos utilizados para atender a aprendizagem do aluno surdo (questionário – 2017)



Fonte: a própria autora

No gráfico apresentado fica evidente a consideração da importância da LIBRAS e a utilização de imagens para o aluno surdo, por parte dos profissionais participantes desta pesquisa.

Em relação à presença de um Interpretete de LIBRAS em sala de aula, nos dados coletados todas das respostas foram afirmativas em considerar positiva a presença deste profissional em sala de aula (Quadro 3).

Quadro 3 - Na sua sala você pode contar com a presença de um interprete de LIBRAS? De que forma isso auxilia se trabalho? (questionário – 2017)

R01 - O interprete é de suma importância para que o aprendizado aconteça pois ele é o ouvido do surdo e é através dele que comunicação acontece.

R02 -Sou interprete num período e professora da sala de recursos no outro. Auxilia porque possibilita a comunicação entre surdos e ouvintes.

R03 -Sim. Sendo acessibilidade do aluno surdo. Esse profissional fará a tradução de todo o andamento de aula para a língua de sinais.

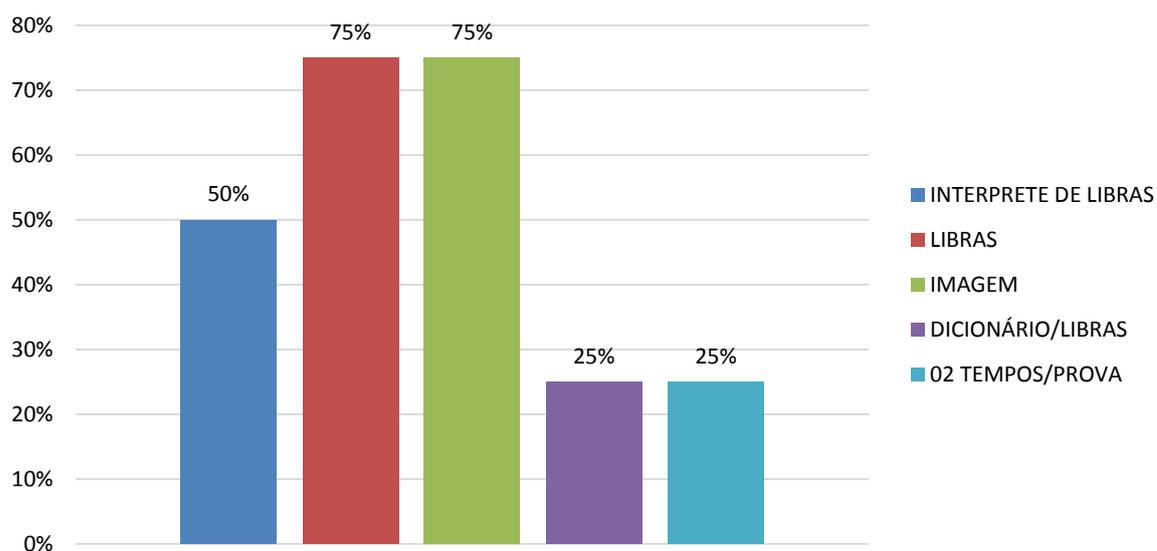
R04 -Sim. Na comunicação e explicação dos conteúdos

Fonte: a própria autora

Na Escola Estadual Coronel Juvêncio todas as salas com aluno surdo possuem um Intérprete de LIBRAS e todos auxiliam de forma satisfatória o trabalho, ampliando o conteúdo do aluno surdo.

Quanto às sugestões apresentadas para visar atender as dificuldades na aprendizagem do aluno surdo, os entrevistados apresentaram várias alternativas: considera importante a presença do Interpretete de LIBRAS em sala de aula; o conhecimento de LIBRAS; o uso de imagens em sala de aula; a utilização do dicionário de LIBRAS e o aumento do tempo para o dia da prova, onde o professor deve buscar formular questões que auxiliem o aprendizado e não o dificultem. (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Sugestões para melhorar o atendimento ao aluno surdo (questionário – 2017)



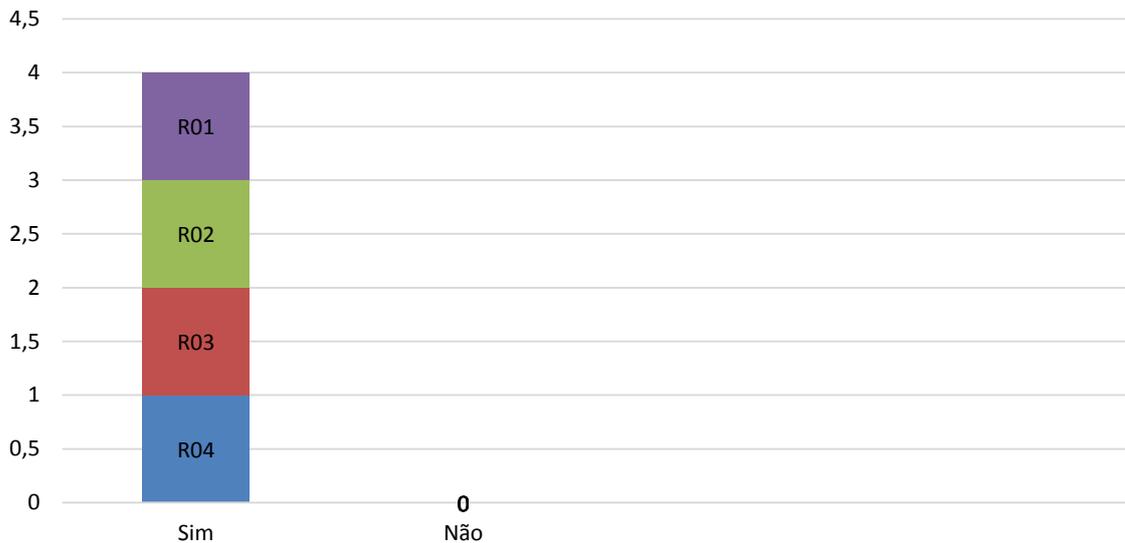
Fonte: a própria autora

Os professores acreditam que recursos visuais e atividades diferenciam sejam propostas de auxílio para sanar as dificuldades desses alunos.

Sobre o questionamento da existência de oferta de programas por parte do governo do estado aos professores da rede estadual do município de Jardim, principalmente na escola onde foi realizada a pesquisa, todas as respostas foram afirmativa, destacando a existência de Sala de Recursos Multifuncionais, a realização de formação continuada ao menos uma vez ao ano no próprio município e organizado pelo NUESP, onde o técnico responsável orienta os profissionais da

Educação Especial e participam mensalmente dos treinamentos no CAS, na Capital Campo Grande (gráfico 3).

Gráfico 3 – Programas do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul são dirigidos para a rede estadual do município de Jardim (questionário – 2017)



Fonte: a própria autora

Em relação ao Núcleo de Educação Especial todos os entrevistados conhecem as competências do referido setor, pois os 76 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul possuem um Núcleo com pelo menos um técnico responsável, o qual é responsável pelo Atendimento Educacional Especializado, e compete ao mesmo orientar, organizar e passar informações aos profissionais que trabalham com alunos que possuem necessidades especiais. No município de Jardim sempre recebem orientações sobre Atendimento Educacional Especializado – AEE (Quadro 4).

Quadro 4 – Conhece o NUESP (questionário – 2017)

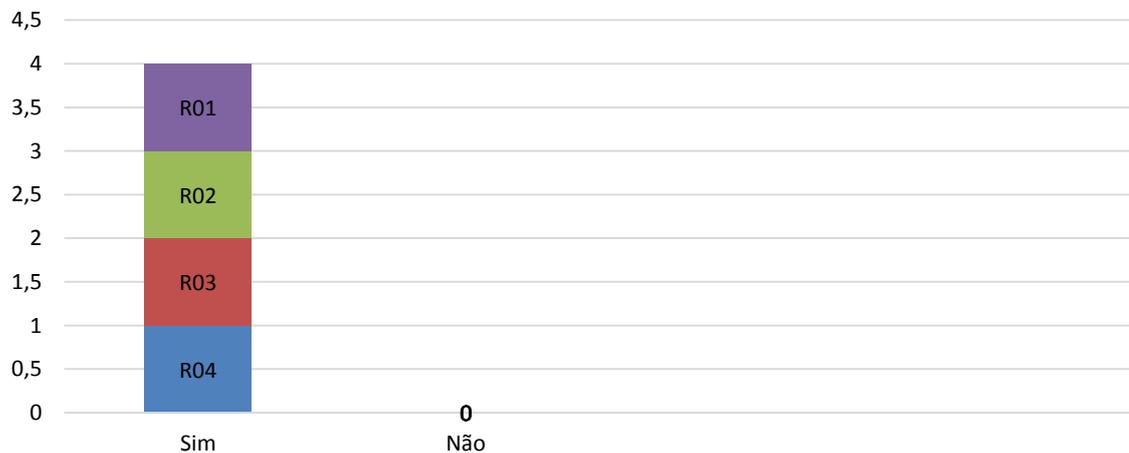
Conhecem a NUESP	R01 - Núcleo de educação Especial onde cada município do estado conta com uma técnica que orienta os professores que ensinam no AEE (atendimento educacional especializado)
	R02 - Sim. A educação especial no município de Jardim (escola estadual) é organizado pelo NUESP
	R03 - Sim. Somos orientadas. Todas as informações que competem a

nossa profissão na educação especial
R04 - Sim. Temos em nossa escola

Fonte: a própria autora

Segundo todos os entrevistados, as reuniões do NUESP são realizadas frequentemente na Escola Estadual Coronel Juvêncio, onde ocorre o atendimento educacional especializado. O NUESP convoca antecipadamente todos os profissionais da educação especial e equipe escolar (Gráfico 4).

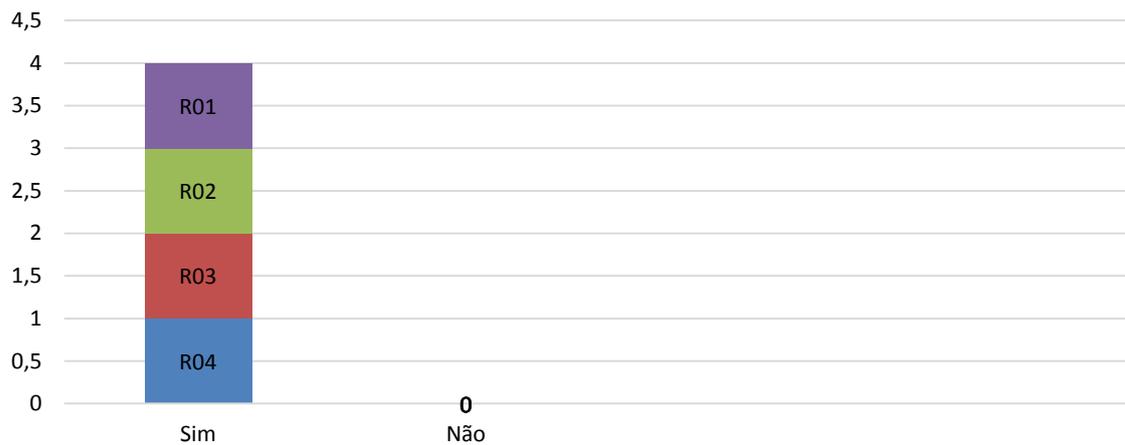
Gráfico 4 - Frequenta alguma reunião realizada pelo NUESP (questionário 2017)



Fonte: a própria autora

Ao serem questionados sobre a capacitação, os dados apontam que todos os Interpretes de LIBRAS participam das formações continuadas que são realizadas mensalmente na Capital Campo Grande e são ministradas por profissionais do CAS. A Escola Estadual Coronel Juvêncio concentra o maior número de alunos da Educação Especial e sempre que ocorrem reuniões e treinamentos os professores são comunicados antecipadamente (gráfico 5).

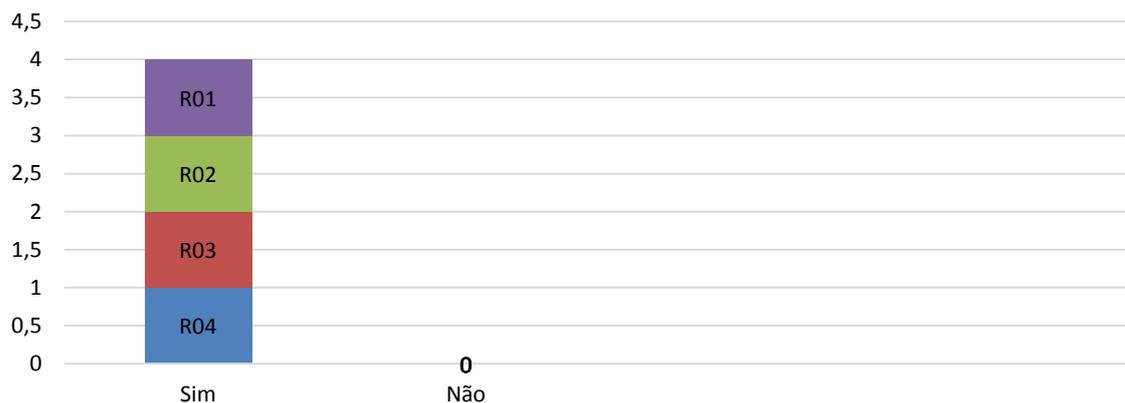
Gráfico 5 - Sua escola sempre informa os cursos de capacitação para atender os alunos surdos? (questionário 2017)



Fonte: a própria autora

Dos profissionais participantes desta pesquisa, consideram-se aptos para trabalhar com LIBRAS, esclareceram que todo profissional passa por uma prova no CAS e, de acordo com sua prova, recebe uma declaração que está apto para trabalhar com ensino fundamental ou médio, assim como ser uma exigência que possuam especialização em Educação Especial (gráfico 6).

Gráfico 6 - Você considera sua formação apta para atender os alunos surdos? (questionário – 2017)



Fonte: a própria autora

R01 tem formação de nível superior e especialização em Educação Especial, porém considera importante a participação em cursos e treinamentos, porque na Língua de Sinais existe a variação linguística e a língua evolui assim como as outras línguas". R04 considera a "LIBRAS uma língua viva e racional por isso todo

profissional que trabalha com surdos deve estar sempre estudando.

4.7 A análise dos dados coletados

A partir do contato com o questionário respondido por quatro profissionais Intérpretes, que atuam com o ensino no foco em LIBRAS, em suas respostas é possível perceber a importância de uma formação ampla no quesito que o ensino exige, todas possuem conhecimento de atuação da NUESP, além de bastante avaliado é exigido cada vez mais recursos no ensino para surdos.

É de extrema relevância expor o papel do Intérprete nessa modalidade de ensino básico onde sem o mesmo o aluno não teria êxito em aprender os diversos conteúdos que a escola oferece.

Há uma grande dificuldade que estes profissionais enfrentam buscando auxiliar o aluno, porém, como percebemos no questionário muitos deles estão em constante formação oferecida pela NUESP e seus técnicos que vem a ser um canal de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica e de campo permite ao pesquisador perceber que há uma forte relação entre a teoria e a prática. Atualmente nos deparamos com diversos desafios na educação e a maior delas está em como, quando, onde, por que devemos fazer algo para que nossos alunos possam ser ativos no aprendizado, pesquisadores, críticos e quando, nos deparamos com o ensino voltado ao aluno surdo esses desafios se tornam maiores.

Neste trabalho foi realizada uma breve descrição do surgimento da língua de sinais, desde seu primórdio até seus avanços atuais. O ensino da língua portuguesa e as demais disciplinas sem o auxílio do Intérprete tornam-se nulas para o aluno surdo. Em meio aos decretos e leis que foram se adaptando à realidade educacional podemos nos sensibilizar com apoio que esse profissional desenvolve para esse aluno em questão.

O trabalho da NUESP em Jardim na Escola Estadual Coronel Juvêncio, vem sendo efetivo tanto no atendimento dos professores como dos alunos surdos. Através desta pesquisa, observamos a preocupação dos profissionais em atender com qualidade seus educandos, buscando sempre metodologias para seu desenvolvimento intelectual. Além de poder contar com técnicos atuantes nesse local, os cursos de capacitações e o próprio intelecto dos intérpretes, sendo assim acreditam-se na qualidade do ensino dessa instituição.

Como nos relatos dos participantes, podemos observar as dificuldades que os Intérpretes e professores atuantes com os estudantes surdos, há uma grande barreira na interação e tempo de conclusão de atividades e provas, assim cada dia uma barreira é vencida no ensino para que essa educação inclusiva seja capaz de modificar o mundo com novas propostas e ideias. O futuro começa dentro da sala de aula e a igualdade é uma realidade presente atualmente.

Pode observar que a atuação desses profissionais nos cursos de capacitação e a preparação que o mesmo recebem foram indispensáveis para à nossa realidade, o que nos demonstram um grande avanço na inclusão de pessoas nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva Aquino. A História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande-MS. In. **LIBRAS**: Coletânea de Textos: Formação Continuada. 2008

ALBRES, N. A. **Língua de Sinais**: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua. 2007. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2017.

Almeida, W. G. **Introdução à língua brasileira de sinais** – Ilhéus, BA: UAB/UESC, 2013.

ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. de M. Lahud e Y. F. Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALIEIRO, C. R.; FICKER, L.; PEREIRA, M. C.; VIEIRA, M. I. A inclusão de surdos: uma discussão em dois tempos. In: SOUZA, A. M.; NASCIMENTO, M.; S. DAHER. (Coord.). **Caminhos da Inclusão**. Goiânia: Kelps, 2008. p. 63 - 82.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>>. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL, **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Revogada pela Lei 9.394/96. Disponível em <<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L4024.htm>>>. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL, **Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Ministério da Educação. Mensagem nº 352 de 1º de setembro de 2010. Brasília, 2010b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2010/L12319>. Acesso em: 18 out. 2017.

BUENO, J. G. S. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. Educar, Curitiba, n. 17, p.101-110. Editora da UFPR. 2001.

CHAN-VIANNA, Adriana. Português (L2) e libras (L1): desenvolvimento de estruturas de posse na interlíngua, 2003. In: QUADROS, Ronice Müller de(Org.). **Theoretical issues in sign language research conference**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul. Petrópolis/RJ, 2006.

DORZIAT, Ana. **Metodologias específicas ao ensino de surdos** – análise crítica. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCEZ, L. H. do C. 2001. **Técnica de redação, o que é preciso saber para bem escrever**. São Paulo, Martins Fontes.

GOLDFELD, M. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

GRANEMANN, Juciléia Linhares. **Educação Especial: trajetórias em Mato Grosso do Sul**. [s.l.: s.n], 2006. Disponível em: <http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/sites/sed/index.php?templat=vis&site=98&id_comp=284&id_reg=59&voltar=lista&site_reg=98&id_comp_orig=284>. Acesso em: 10 maio 2017.

HONORA, M. **Livro Ilustrado de Línguas de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características de religião e deficiência. **Síntese dos Indicadores de 2009**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010 [acesso em 20 agosto 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm>

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GOES, Maria Cecília de. **SURDEZ: Processos Educativos e Subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 12.170, de 23 de outubro de 2006**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 12.737, de 23 de outubro de 2009**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 13.281, de 20 de outubro de 2011**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. **Resolução/SED, de 31 de outubro de 2016**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 14.681, de 17 de março de 2017**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2017.

MEC. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica** Brasília : SEESP, 2004. 2 v. : il. . (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos)

MARTINS, L P. Artigo 2 – Definições. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: 2008. p. 28-30.

NERES Celi C. **A educação especial na Rede Municipal de Campo Grande e o movimento da inclusão escolar**. Campo Grande, UEMS, 2009. (Relatório de pesquisa). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2009.

PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHIMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar. Português para Surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **A educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre :Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de, KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol. 1. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SCARPA, Ester Mirian. Aquisição da Linguagem. In. Mussalin, Fernanda; Bentes, Anna Christina (Orgs.) **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v 2, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação de surdos no Brasil**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 1999.

SOUZA, Rodrigo Matos; GÓES, Maria Cecília Rafael. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, v.1, 1999. p.163-188.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. 118p.

STROBEL, Karin; FERNANDES, Sueli. **Aspectos Lingüísticos da LIBRAS**. 1998.

VILHALVA, Shirley. **Língua Brasileira de Sinais: 121 anos de proibição da língua que sempre esteve viva para a comunidade surda**. 24/05/2006 Disponível em: <http://www.tvregional.com.br/colunistas.php?IDc=9&IDa=8>. Acessado: 22 de setembro de 2017.

VYGOTSKY, L S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WIDEL, Jonna. As Fases históricas da Cultura Surda. **Revista GELES**, no 6 – ano 5. Rio de janeiro: Editora babel, 1992.